



António Gaspar, Director Executivo da APERC

ÉTICA E PROFISSIONALISMO

São estas as duas linhas orientadoras das empresas Associadas da APERC - Associação Portuguesa de Empresas de Recuperação de Crédito - nascida em 2003 e com 25 associados. António Gaspar é Director Executivo da associação que conseguiu um elevado índice de notoriedade, visibilidade e credibilidade, e que tem objectivos e desafios concretos.

Qual é a missão e os objectivos da Associação?

Credibilizar os serviços de gestão e recuperação de créditos em Portugal, contribuindo activamente para a melhoria técnica, social e económica da actividade de gestão e recuperação de créditos; Divulgar e promover a actividade de gestão e recuperação de créditos; Oferecer um fórum para debate, reflexão e divulgação de ideias, conceitos e temas importantes da realidade portuguesa e internacional da actividade de gestão e recuperação de créditos; Promover activamente contactos com as suas congéneres estrangeiras, reforçando os laços culturais e profissionais; Prestar serviços às empresas associadas e pugnar pela defesa dos seus interesses comuns; Participar activamente na preparação e elaboração da legislação que regulamenta quaisquer aspectos relacionados com a actividade da gestão e recuperação dos créditos (com exclusão do factoring) e outros serviços de apoio à gestão de empresas e Promover a boa imagem dos associados perante o Estado, o mercado, a comunicação social e outras entidades, públicas e privadas, de interesse relevante para a actividade da gestão e recuperação de créditos.

Associado às empresas de Gestão e Recuperação de Créditos existe algum código de ética/deontológico?

O nosso Código de Conduta, aponta dois objectivos claros:

- Protecção dos interesses dos seus membros através da promoção e do desenvolvimento de um enquadramento legal favorável à indústria da Recuperação de Créditos;
- Promoção do desenvolvimento das boas práticas na Indústria da Recuperação de Créditos, através dos seus membros.

O Código de Conduta da APERC - Associação Portuguesa de Empresas de Gestão e Recuperação de Créditos, não é só um documento indica-

tivo do que as empresas associadas deverão perseguir. É também uma proposição de objectivos para a Indústria das Recuperações de Créditos tomada no seu todo. O Código constitui-se como uma garantia de qualidade e descreve em detalhe, a atitude que toda a Indústria das Recuperações aqui representada, deverá pautar no seu modus operandi face aos seus clientes.

Como se encontra, actualmente, o mercado de recuperação de crédito em Portugal?

Por consequência das várias dificuldades conjunturais que a economia portuguesa vem registando (directas e importadas), ao longo destes últimos dois anos, a situação dos incumprimentos contratuais dos particulares têm verificado um aumento significativo, quer em número de contratos quer em valores absolutos. Um aumento nos incumprimentos, implica um acréscimo de recorrência aos serviços das empresas que fazem a recuperação extrajudicial e amigável de dívidas. Esta situação acontece, uma vez que as empresas credoras reconhecem na eficácia destes seus parceiros, a forma de recuperarem valores vencidos, que de outra maneira não conseguiriam recuperar.

O crédito mal parado é uma situação preocupante? O endividamento das famílias é cada vez maior. Existe alguma forma de controlar esta situação?

De facto o crescente aumento do crédito vencido é sempre preocupante em qualquer economia. Com o endividamento das famílias a não dar mostras de um abrandamento significativo, com a taxa de desemprego a manter-se em níveis muito altos e com a taxa de crescimento do PIB a manter-se em valores bem abaixo dos 2,5 por cento anuais, não estão de facto reunidas as condições ideais para que possamos encerrar a taxa de endividamento das famílias, sem preocupações. O sucesso no controle no nível de endividamento das famílias, consegue-se por recorrência a acções concertadas e profiláticas e a serem concebidas, preferencialmente, pelo Instituto do Consumidor. Acções essas que sob uma forma construtiva e de alarme, passassem sistematicamente nas televisões, rádios, jornais, revistas e em atendimento distrital adequado. A nossa cultura de endividamento é recente - uma dezena de anos. Todas estas vicissitudes que se têm verificado são "normais" num processo que ainda não atingiu a sua fase de maturidade, no

entanto, ajudas profiláticas como as referidas anteriormente ajudariam muito a conter as consequências de exposições mal calculadas ou até nem sequer avaliadas.

Recuperação de dívidas é negócio em expansão. Concorda com esta afirmação? Se sim, qual a razão para esta realidade?

Antes de mais, gostaria de referenciar os grandes investimentos que os nossos Associados e de forma contínua vêm fazendo para prestar um serviço de grande qualidade e excelência aos seus clientes. Essencialmente o que os nossos Associados prestam, é um serviço com grande valor acrescentado aos seus clientes. Há muito que os clientes dos nossos Associados, reconhecem na forma como estes actuam, respeitando as boas práticas e um código de conduta bastante exigente e rigoroso, um parceiro adequado à recuperação de valores vencidos. Naturalmente que o aumento do crédito vencido, potencia o surgimento de mais ajuda por parte dos nossos Associados aos seus clientes. Os nossos Associados estão especialmente vocacionados para prestar ajuda aos seus clientes, na recuperação de crédito vencido; possuem a experiência e o *know-how* que lhes permite serem eficazes na resposta à exigência de todas as solicitações que lhe são colocadas.

Quais são as principais linhas de acção para o futuro?

Podemos distinguir dois claros e inequívocos subsectores, dentro do Sector das Recuperações: o subsector, das boas práticas, da ética e da deontologia profissional levadas ao limite e representado na APERC; o subsector, das práticas condenáveis sob os mais variados pontos de vista - ético, moral, judicial, urbanidade e deontológico - e que jamais poderão aspirar a partilha do nosso espaço associativo. Vamos continuar a construir um sector com credibilidade, honorabilidade e visibilidade. Vamos continuar a apoiar os nossos Associados de múltiplas formas. Vamos continuar a distinguir quem está no sector com boas e recomendáveis práticas, daqueles cujas práticas são universalmente condenáveis. O mercado, e de resto como acontece com todas as actividades económicas, vai-nos dar razão e será ele que irá, por certo, através das suas escolhas e processos decisórios, ditar quem deve permanecer e quem deve partir. **PP**